

# 1 Introdução

Frequentemente, estudiosas/os das migrações são indagadas/os sobre a importância dada a um fenômeno de representatividade pouco expressiva – segundo Relatório Mundial das Migrações de 2013, a população migrante representa apenas 3% da população mundial (OIM, 2013: 77). Porque deveríamos nos importar em teorizar as migrações, suas causas, efeitos e dinâmicas se a maioria das pessoas nasce, vive e morre na mesma área geográfica, se não no mesmo bairro? (HOLLIFIELD, 2008, p. 186).

Este tipo de questionamento nos faz refletir sobre as proporções que os estudos das migrações têm alcançado hoje, no Brasil e no mundo, e nos leva a pensar em algumas respostas plausíveis. A primeira, desenvolvida pelo teórico James Hollifield (2008: 186) postula que as migrações internacionais provocam uma sensação de crise e têm aumentado significativamente seus fluxos como resultado de forças sociais e econômicas que parecem estar além do controle dos Estados e das comunidades.

Já Castles, Haas e Miller (2014) acreditam que as migrações têm se politizado, que presenciamos a “era das migrações”, devido ao aumento da relevância política do fenômeno. Em suas palavras: *“domestic politics, bilateral and regional relationships and national security policies of states around the world are increasingly affected by international migration”*.

A estas hipóteses acrescentamos a da “abrangência política”. Além de relevantes, as migrações são abrangentes politicamente. Seus efeitos não limitam-se aos/às sujeitos/as da ação, mas também o local de origem e de destino, que em suas mais diversas esferas sofrem transformações. As sociedades que (as/os imigrantes) deixam devem lidar com a perda de mão de obra, com o *brain drain*, as famílias com a partida de parentes por tempo, muitas vezes, indeterminado. As sociedades receptoras deparam-se com novas culturas e modos de vida, as instituições com novas demandas por inclusão, as famílias com rearticulações das

relações de poder: todos passam por um processo de reformulação. Assim, para além da relevância do fenômeno a nível macroestrutural (que envolve as relações entre Estados e instituições), as relações do cotidiano e as políticas a nível microssocial também são afetadas pelas migrações internacionais.

No presente trabalho, o estudo das dinâmicas, causas e efeitos das migrações é central para a compreensão da luta social de imigrantes bolivianas/os. Primeiramente, ressalte-se que as migrações e os movimentos sociais estiveram unidos de diversas maneiras ao longo de nossa história, desde a incidência do êxodo rural no surgimento dos movimentos operários na Europa e na América Latina até as migrações contemporâneas que, através de suas práticas, contribuem de diferentes maneiras à mobilização transnacional (MUÑOZ & CARBALLO, 2012). Em segundo lugar, trazem-nos experiências diferentes às relatadas pelo poder, esse poder que não somente outorga o direito de contar uma história de outros, mas também de fazer dela a única história real. Cada uma dessas narrativas que ressoam das margens ilustra uma dupla dinâmica, ou em outras palavras, a dialética da história.

Finalmente, toda e qualquer referência a movimentos sociais de imigrantes nos remete ao que os caracteriza (os movimentos sociais) primariamente: ter no cerne de sua composição sujeitos/as migrantes.

Enfatizar a característica primária de tais organizações sociais não denota pretensão em reduzir o sujeito ao “ser migrante”, atributo adquirido somente a partir do momento em que migra. Tampouco a pretensão aqui é de anular a identidade de tais indivíduos, construída social, política, econômica e culturalmente. Referimo-nos, antes de tudo, a mulheres, homens, filhas, filhos, mães, pais, enfermeiras, empregadas/os domésticas/os, donas de casas, dentistas, médicas/os, engenheiras/os, costureiras/os, mestras/es, estudantes, indígenas, negras/os, aimarás, quéchuas, guaranis, bolivianas/aos, peruanas/os, paraguaias/os, chilenas/aos, haitianas/os, latino-americanas/os, militantes. Referimo-nos a pessoas que guardam em sua complexidade um espaço para as vicissitudes de serem, também, imigrantes.

O ponto que queremos chegar aqui diz respeito ao significado específico que possuem essas mobilizações por serem formadas por imigrantes, tanto pelo histórico recente de vida dessas pessoas, quanto pelo papel que cumprem na sociedade.

Como objetivo central, o presente trabalho buscou analisar e compreender – a partir de um estudo analítico dos espaços que as/os imigrantes ocupam – os significados específicos dos movimentos sociais de bolivianas/os em São Paulo a partir da década de 1980, bem como sua forma de organização, principais reivindicações e as particularidades das relações sociais na cidade provenientes da presença e ação social destas/as imigrantes e que afetam direta ou indiretamente a sociedade receptora, as/os próprios migrantes (militantes e não militantes) e o Estado brasileiro.

Assim, nos dedicaremos à compreensão dos fatores que influenciam a ocorrência do fenômeno das migrações, primeiramente, de uma forma mais ampla. Iniciaremos o trabalho com a explicitação teórico-metodológica do presente trabalho, situando-o no debate das teorias de relações internacionais e delimitando a cartografia como enfoque metodológico.

Para alguns, as migrações se apresentam como uma onda desestabilizadora e de insegurança para os Estados (WEINER, 1995; HUNTINGTON, 1996; SCHLESINGER, 1992 apud HOLLIFIELD, 2008). Nessa linha de pensamento, os Estados têm sido ameaçados pela entrada massiva dos/as “indesejados/as”, “intrusos/as”, “clandestinos/as” que ameaçam não somente a identidade como a segurança nacional. Myron Weiner (1993, 1995), por exemplo, foi o mais consistente defensor na ciência política da abordagem realista para o estudo da migração internacional. Com o seu apoio e de outros/as teóricos/as da linhagem *problem-solving*, o realismo vem securitizando as migrações.

Na contramão de tais pressupostos, a teoria crítica das relações internacionais (com a qual concordamos) foi capaz de problematizar as ações e dinâmicas do capitalismo internacional em sua intersecção com o Estado – como veremos, aqui, o fenômeno da globalização ganha centralidade nos estudos macroestruturais das migrações internacionais – porém, sem necessitar retirá-lo totalmente de cena. Além disso, atenta-se para considerar uma tese construtivista de alteração do comportamento dos Estados: a abordagem da segurança nacional para as migrações não é um dado imutável.

Já a análise cartográfica surge como abordagem metodológica que “faz diagramas de relações, enfrentamentos e cruzamentos entre forças, agenciamentos, jogos de verdade, enunciações, jogos de objetivação e subjetivação, produções e estetizações de si mesmo, práticas de resistência e

liberdade” (PRADO; TETI, 2013). Os mapas da cartografia social traçam lugares, movimentos de poder, diagramas de poder, expõem as linhas de força, densidade e intensidades.

Assim, aplicado ao objeto de estudo, tal metodologia auxilia na compreensão da articulação de forças que envolve o ser migrante, o poder público, a sociedade brasileira, os/as donos/as de fábricas, as redes de loja de vestuários, os movimentos sociais, na cidade de São Paulo, mas tendo como pano de fundo a produção geográfica de desigualdades pela globalização neoliberal, que posiciona os/as imigrantes bolivianos/as num lugar duplamente periférico e, portanto, subalterno: em relação à ordem internacional e em relação ao mapa urbano da cidade. Sendo que, ao mesmo tempo, reconhece a emergência de potencialidades de resistência das margens.

Seguiremos, no primeiro capítulo, com a exposição do contexto de transformação em que se encontra o fenômeno migratório na contemporaneidade. Considerando que o campo a ser estudado, assim exposto, é demasiadamente amplo, atendo-me a examinar três importantes transformações – dentre as muitas em curso segundo Castles, Haas e Miller (2014) –, e que tocam diretamente nosso objeto de estudo, a saber: a produção geográfica de desigualdades pela globalização neoliberal, a intensificação dos deslocamentos Sul-Sul e a concentração de fluxos populacionais nas cidades globais (polos atrativos).

Alguns/mas teóricos/as histórico-estruturalistas das migrações (SASSEN, 1988; PORTES, 2010; CASTLES, HAAS, MILLER, 2014; STIGLITZ, 2002) identificaram uma estreita relação entre a globalização e a mobilidade humana. Tais teóricos/as entendem as migrações como uma das muitas manifestações da penetração do capital e dos desiguais termos de troca entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos: os poderes econômico e político são desigualmente distribuídos no mundo. E suas crenças culturais bem como práticas sociais tendem a reproduzir desigualdades estruturais que vêm agravando as condições de insegurança e vulnerabilidade no terceiro mundo. Por consequência, milhões de pessoas se deslocam de seus países de origem em busca de melhores oportunidades e condições de vida.

Um dos mais consolidados pressupostos deste tipo de deslocamento – que tem como eixo central o caráter laboral, guiado pela divisão internacional do trabalho e por desigualdades produzidas pela globalização neoliberal – era a

direção em que se davam, partindo, necessariamente, do Sul global (países periféricos e semiperiféricos no sistema-mundo) para o Norte global (países centrais). No entanto, mostraremos no primeiro capítulo como diversos fatores têm contribuído para uma crescente inversão dos fluxos migratórios, hoje expressivamente representados pelos de natureza Sul-Sul e, em menor medida, Norte-Sul.

As crises estruturais, a crescente criminalização das migrações, a superexploração e flexibilização do trabalho, a discriminação e xenofobia, a quase ausência de acesso a serviços e direitos, a extradição compulsória, o enrijecimento das fronteiras, a abstenção de responsabilidade dos Estados frente às mortes e violações decorrentes do atravessamento das fronteiras, a posição que têm conquistado os países emergentes no sistema mundial (a exemplo do bloco dos BRICS), os acordos de residência bilaterais e entre blocos regionais (a exemplo do MERCOSUL, UNASUL) são alguns fatores que contribuíram para que hoje seja possível afirmar que os principais fluxos migratórios se dão entre países do sul global (OIM, 2013).

Assim sendo, enfatizamos que o “lugar” e suas práticas sociais ganham centralidade no presente estudo. A hierarquia escalar tradicional que coloca o Estado como elemento central, como ator supostamente exclusivo das relações internacionais está em debate. As dinâmicas e tecnologias atuais são muito mais complexas e vêm desestabilizando a ação dos Estados. Isso não quer dizer que as antigas hierarquias construídas como parte do desenvolvimento do Estado deixaram de atuar, mas que, na atualidade, passaram a operar num campo muito menos exclusivo. Este é o caso das cidades globais: “são lugares subnacionais em que diversas geografias transfronteiriças estruturadas, cada uma com um alcance distinto e construída em termos de práticas e atores distintos” (SASSEN, 2007:22). As cidades seriam então o local onde as contradições da globalização podem acontecer e serem percebidas.

Encontramo-nos, portanto, em um contexto de intensificação da globalização neoliberal; do desenvolvimento geográfico desigual dela proveniente; dos deslocamentos Sul-Sul; do enfraquecimento do Estado e da produção de novas subjetividades e mobilizações, adaptadas às particulares dinâmicas das megacidades. O estudo prévio desses fatores é fundamental para introduzir o diagnóstico sobre a ação coletiva dos/as sujeitos/as migrantes em São

Paulo. Sendo esta considerada uma importante “cidade global” e aglutinadora deste ascendente tipo de migração que se dá entre os países periféricos e semi-periféricos, as relações de trabalho, culturais, sociais, políticas que estão no cerne de sua sociedade sofreram uma análise cartográfica, i.e., foi traçado um mapa das relações de poder que condicionam a luta social de bolivianos/as.

Para tanto, fez-se necessário destrinchar e responder algumas importantes questões: de quais locais/cidades vêm os bolivianos/as? Quais eram suas realidades locais antes do deslocamento? Porque se deslocaram? Que lugar (es) agora ocupam os/as bolivianos/as na sociedade paulistana e no espaço geográfico da cidade? O que estes espaços representam? Como se relacionam, são vistos/as e entendidos/as por ela? E pelo Estado brasileiro? Quais são as fronteiras criadas para os/as bolivianos/as dentro da cidade? Quais são as condições de vida e de trabalho em São Paulo? Em que medida possuem acesso a direitos sociais e civis? Como se rearticulam suas relações entre a sua própria comunidade neste novo lugar? Porque existe luta social? Que culturas de organização trazem consigo, dos lugares de origem? Quais suas principais reivindicações e quais têm sido as formas de encampá-las? Quais são os limites de sua agência?

Constatou-se, como veremos no segundo capítulo, que no local de origem e de destino, os/as imigrantes sofrem opressões e explorações no campo do trabalho, mas também em suas relações sociais, culturais e de gênero. Em São Paulo, as relações desiguais e seus efeitos se acentuam. Neste contexto, coletivamente, buscam formas alternativas de organização social e de solidariedade para lograrem a inversão, ainda que parcial, deste quadro. Ainda no segundo capítulo, veremos que as políticas migratórias dos Estados podem condicionar as migrações em diferentes aspectos, que passam pela escolha do local de destino, pela permanência neste local, pela reivindicação de políticas públicas, pela busca de assimilação, pela produção de subjetividades.

Finalmente, no terceiro capítulo, após percorrer este caminho, a visualização do perfil dos movimentos sociais de bolivianos/as em São Paulo torna-se menos turva e mais contextualizada: suas especificidades já foram parcialmente elucidadas nos capítulos anteriores. Nesta seção, serão descritas e detalhadas as distintas mobilizações, seus modos de organização, relações de poder e linhas de força, bem como suas principais reivindicações, com base, principalmente nas entrevistas concedidas. Será possível traçar um panorama das mobilizações de

imigrantes bolivianos/as em São Paulo, ampliando o entendimento sobre a agência de indivíduos que, na maioria dos casos, são entendidos como “vítimas” sem ingerência para alterar sua realidade.

Veremos, também, que o Estado brasileiro encontra-se no presente momento em significativa transformação dos padrões migratórios. Na década de 1980, quando milhares de brasileiros/as saíram para “fazer a América” em busca de melhores oportunidades, era inegável a sua identidade emissora de migrantes. Hoje o Brasil apresenta fortes características de um país receptor de imigração e de migração de retorno e é caracterizado, também, por um posicionamento e comportamento paradoxal frente às políticas direcionadas à população migrante. Assim, o Estado brasileiro, em matéria migratória, encontra-se entre a promoção da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio e o ainda vigente Estatuto do Estrangeiro; uma política externa regional subimperialista e sucessivas assinaturas de acordos e tratados de integração regional; a vigência do Plano Nacional de Fronteiras e os esforços para a implementação de uma Política Nacional Migratória baseada nos valores de direitos humanos. A oscilação entre a proteção e garantia de direitos humanos e a primazia da segurança e soberania nacional permite-nos traçar perspectivas para um futuro próximo, baseadas nos últimos acontecimentos e reações institucionais.

Destacamos que, a complexidade de abordar dinâmicas macrossociais, microsociais e a articulação entre ambas – representadas pela (i) análise das dinâmicas estruturais que alteraram os padrões migratórios no mundo, e em especial, no terceiro mundo; (ii) pela análise das dinâmicas locais e específicas em que se inserem os/as migrantes bolivianos/as e sua luta social a partir do mapeamento de sua espacialidade; e (iii) pela análise dos limites da ação social de bolivianos/as em São Paulo e a resposta do Estado brasileiro a elas – caracteriza, o presente estudo, como um esforço para ser o mais abrangente possível e não pecar pela análise unidimensional, macro ou microsociais, entendendo que a sua interrelação é indispensável quando tratamos de um fenômeno tão complexo e plural como as migrações internacionais.